



Certificado de Autenticidade

PACDigital

Hash do Documento Original

1c96dbc45433cc880de29e10c50a32c099a97e892fd00450bc6e4cd3ea32aca3

Registrado por:

Nome

Espiral DS

E-mail

rafael.freire@espiralids.com



Redes Blockchain

O hash que autentica o documento original foi registrado na(s) rede(s) blockchain listadas abaixo e pode ser conferido no endereço indicado pelo identificador da transação.



ETC

Enviado

05/01/2025 19:56:01 -03:00 UTC

Confirmado

05/01/2025 19:56:09 -03:00 UTC

Identificador da transação

0xf095b3010b7e1991d682c93d7a556de8d3f3480b52e
5c6d244dfc16102320131



DCR

Enviado

05/01/2025 20:00:00 -03:00 UTC

Confirmado

05/01/2025 21:01:37 -03:00 UTC

Identificador da transação

406fdabc1cc6bc7cdb48460cb6e56204526b5cde1db50
1f4a20ab62ab9c876b9

Merkle:

3eaf21c30c9ecc761ef7c89a2c10008184dc560419124
2a269b66559abcdd502



Relatório de Pesquisa e Escuta Livre

Indícios de Violações e Impactos do Complexo Solar Santa Eugênia



Autoria:

União Municipal em Benefício de Uibaí – UMBU

Liga Colaborativas dos Povos – Liga

Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ

20 de dezembro de 2024



O projeto Liga Colaborativa dos Povos possui a missão de instrumentalizar povos, culturas e a natureza com recursos de alta tecnologia para auxiliar a busca por salvaguardas e garantias de direitos socioambientais de forma rápida e robusta tecnicamente. Isso visa a promoção do desempenho de boas práticas a partir da verificação de inconformidades provocadas por planos, programas, projetos ou empreendimentos em um território ocupado por patrimônios da sociobiodiversidade.

Nossa missão é a regeneração de processos para uma sociedade equânime, ecossistemas saudáveis e uma economia justa para todos os povos, culturas e natureza.

Seu território está sofrendo com um conflito? Entre em contato com a Liga e vamos construir caminhos para a garantia de direitos!

A seguir você terá contato com dados de uma verdadeira escuta livre, coordenada pela equipe da Liga e realizada pelas pessoas das comunidades em diálogo com seus parentes, vizinhos e conhecidos, moradores e técnicos que vivem o dia a dia dos impactos do empreendimento.

Neste relatório é apresentada uma síntese dos dados de escuta das vozes que desejam relatar espontaneamente abusos e problemas enfrentados com a instalação do empreendimento:

Solar Santa Eugênia, em implantação em Uibaí pela empresa
STATKRAFT

Vale destacar que os dados brutos tabulados apresentam maiores detalhes, mas destacamos que as gravações dos áudios das conversas - obtidas com autorização e preservadas por segurança - realizadas durante as entrevistas, são impressionantes, revelando indícios de uma cadeia de violações e abusos a serem mais profundamente apuradas pelas autoridades.

Todos os dados apresentados são dados primários, de autoria da Liga Colaborativa, gerados a partir de levantamento de informações e pesquisa de campo com ampla participação social e envolvimento de equipe técnica multidisciplinar colaboradora da Liga Colaborativa dos Povos.

Esse relatório será protocolado em forma de denúncia nos órgãos de fiscalização para investigação e providências.

Colabore com a Liga para seguirmos com esse trabalho!

www.ligacolaborativa.site



1. Introdução

Dados da pesquisa:

Empreendimento judicializado e em conflito com área urbana, rural, comunidade quilombola, do perfil da agricultura familiar e de fundo e fecho de pasto.

A área possui grandes atributos da sociobiodiversidade, em situação de vulnerabilidade e grande relevância para a agenda climática, cujo Estado brasileiro possui compromissos internacionais de ações conservacionistas.

Exposição de motivos:

Para conhecimento de caso segue reportagem publicada em mídia local:

<https://drive.google.com/file/d/1kX9VRuNo4kM5hIT1GQvBh8WEBKPudAsh/view?usp=sharing>

No mais atual decisão liminar que suspende a licença de instalação do empreendimento

Trata-se de ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA em face do INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSO HÍDRICOS – INEMA e da STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A, todos qualificados nos autos e decisão liminar, que suspende as atividades de instalação do Complexo Solar Santa Eugênia, bem como suspende a Licença de Instalação (LI) para a revisão do processo administrativo, e a suspensão da Autorização de Supressão de vegetação, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

<https://drive.google.com/file/d/1XEMhAJD4RB-C5r411iPZQXAGzUTTypT1/view?usp=sharing>

Período da oitiva no território:

11/12/2024 à 18/12/2024

Nota de satisfação da comunidade com o empreendimento:

2,96

Para as comunidades de Uibaí a Statkraft NÃO É AMIGA dos Povos, Culturas e da Natureza¹

¹ Obs: A nota de satisfação é uma média aritmética calculada a partir da declaração espontânea do entrevistado quando questionado do seu nível de satisfação com o empreendimento. A pontuação individualizada pode ser observada nos dados tabulados.



Caso confirmados os indícios de violações, o empreendimento estará impactando negativamente as metas globais brasileiras dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODSs da seguinte forma:



Os indicadores avaliados estão disponíveis em:

<https://odsbrasil.gov.br/>



ODS 5: Igualdade de Gênero

Meta 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada.

Contexto no Relatório: O relatório apresenta relatos alarmantes de assédio e violência contra mulheres, segundo declarações perpetradas por trabalhadores e terceirizados a serviço do empreendimento. Esses comportamentos abusivos criam um ambiente inseguro para mulheres e meninas nas comunidades locais.

Impacto Potencial: Caso confirmadas, essas práticas indicam uma falha grave na promoção de segurança e igualdade de gênero, perpetuando desigualdades e violências estruturais contra mulheres na área de influência do empreendimento.

Consequência nos ODS: A ocorrência de violência e assédio compromete diretamente o progresso em direção à Meta 5.2, perpetuando padrões de desigualdade de gênero e prejudicando o desenvolvimento social da região.



ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Meta 8.8: Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores.

Contexto no Relatório: De acordo com a escuta, trabalhadores estariam relatando acidentes - inclusive uma morte - além de medo de represálias caso denunciem irregularidades, incluindo condições inseguras no ambiente de trabalho, inconformidade técnica no afugentamento de fauna e protocolo de supressão de vegetação, e falta de liberdade de expressão.



Impacto Potencial: Caso as denúncias sejam confirmadas, demonstram falhas graves na promoção de condições de trabalho seguras e no respeito aos direitos básicos dos trabalhadores, bem como imperícia técnica em eixos específicos de ações para mitigação de impactos negativos sobre a área de influência do empreendimento.

Consequência nos ODS: Essas práticas prejudicam o progresso do Brasil no âmbito do trabalho decente, aumentando a vulnerabilidade de trabalhadores e minando a confiança em projetos de energia limpa como promotores de desenvolvimento.



ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

Meta 9.1: Desenvolver infraestruturas de qualidade, confiáveis, sustentáveis e resilientes.

Contexto no Relatório: De acordo com a consulta, a ausência de consulta prévia e permanente às comunidades locais e a pressão para que moradores assinassem documentos sem esclarecimento indicam a construção de uma infraestrutura excludente, sem equidade.

Impacto Potencial: Caso as práticas relatadas sejam confirmadas, o empreendimento compromete a sustentabilidade e a resiliência da infraestrutura implementada, gerando desconfiança e conflitos sociais.

Consequência nos ODS: A infraestrutura energética deveria ser um marco de progresso sustentável, mas, com essas irregularidades, pode se tornar um símbolo de exclusão e degradação social, como vem ocorrendo em outros territórios onde atua o setor.



ODS 13: Ação contra a Mudança Global do Clima

Meta 13.2: Integrar medidas de mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

Contexto no Relatório: A partir da escuta o desmatamento realizado durante a implantação do empreendimento, sem medidas mitigadoras adequadas, contribui para emissões de gases de efeito estufa, agravando o impacto climático.

Impacto Potencial: Se confirmada, a ausência de ações efetivas para compensar as emissões geradas pelo desmatamento prejudica os compromissos climáticos do Brasil no âmbito do Acordo de Paris e da Agenda 2030. Vale destacar que a quantidade de emissões provocadas pelo desmatamento de mais de 1500 hectares de mata nativa e a perda de biodiversidade tornará severa a condição climática na região pelo comprometimento de



funções ecológicas e serviços ambientais. Programas de compensação, mitigação ou emissão de créditos de carbono não serão capazes de mitigar os impactos negativos.

Consequência nos ODS: O não cumprimento das medidas climáticas necessárias compromete a credibilidade do Brasil como líder em energia limpa e afeta negativamente o progresso rumo à mitigação das mudanças climáticas, além de tornar mais severas as condições de vida das pessoas e comunidades da localidade.



ODS 15: Vida Terrestre

Meta 15.5: Tomar medidas urgentes para reduzir a degradação de habitats naturais e deter a perda de biodiversidade.

Contexto no Relatório: A ausência de afugentamento adequado da fauna durante o desmatamento potencializa impactos severos sobre espécies animais e habitats naturais.

Impacto Potencial: Se confirmadas as denúncias, o empreendimento estará contribuindo diretamente para a degradação ambiental, perda de biodiversidade e ausência de práticas de mitigação obrigatórias. Essas condições em região de clima severo, tende a colapsar os ecossistemas locais tendendo a aridização.

Consequência nos ODS: A falta de medidas de proteção à vida terrestre compromete os esforços do Brasil em conservar sua biodiversidade e cumprir os compromissos ambientais estabelecidos na Agenda 2030.



ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Contexto no Relatório: A entrevistada levantou, a partir das escutas, suspeitas de práticas duvidosas - a serem investigadas - no processo de licenciamento ambiental, além de manipulação de dados e informações apresentadas em reuniões públicas.

Impacto Potencial: Se essas acusações forem confirmadas, indicam uma falha sistêmica na governança das organizações envolvidas, comprometendo a transparência e a confiança pública nas instituições responsáveis.

Consequência nos ODS: A fragilidade nas instituições compromete a capacidade do Brasil de promover justiça e transparência, prejudicando diretamente os pilares do ODS 16.



Detalhamento do estudo de caso e dados levantados

O Complexo Solar Santa Eugênia, em implantação em Uibaí, Bahia, trouxe à tona graves questões socioambientais e econômicas, e se encontra judicializado por dúvidas sobre seu rito de conformidade do processo de licenciamento ambiental segundo o Ministério Público do Estado da Bahia. Segundo relatos dos moradores locais, são diversas irregularidades a serem verificadas, inclusive a ineficácia na atuação e postura da CAE - Comissão de Avaliação do Empreendimento, composta para assegurar garantias de boas práticas, atuação que inclusive amplia desgastes já vividos no processo de construção da usina eólica em operação de responsabilidade do mesmo empreendedor.

Este relatório compila e analisa as percepções sociais sobre os impactos do empreendimento e capta, através das espontâneas e protegidas declarações, indícios de violações de direitos, trazendo recomendações para maiores estudos e investigações visando ajustes de condutas e reparação dos danos. Com base em normativas nacionais e internacionais, busca-se oferecer um instrumento contendo dados primários, emergindo do esforço de povos pouco ouvidos para subsidiar a atuação da promotoria e assim proteger as comunidades afetadas.

2. Contexto e Metodologia

A informações que ora apresentados vieram do cruzamento de dados levantados por equipe técnica disponibilizada pela Liga Colaborativa e da livre declaração das percepções coletadas/geradas por meio de entrevistas com moradores da área de influência do empreendimento. A análise considerou as diretrizes da **Convenção 169 da OIT**, além de legislações ambientais e sociais brasileiras e do Estado da Bahia. Os relatos foram confrontados com as normativas para identificar indícios de violações e assim recomendar maiores estudos para verificação de conformidades e então propor boas práticas visando o propósito do desenvolvimento sustentável e justo da transição energética.

2.1. Metodologia de Pesquisa

Dentro do período foram contatadas lideranças locais e a partir de manifestação espontânea foram mobilizados 10 agentes de impacto positivo para realização da pesquisa. Todos os agentes de pesquisa são membros de comunidades e moradores locais, mobilizados especificamente para treinamento e realização da atividade de aplicação dos formulários de pesquisa junto a outros 10 pares membros da comunidade, totalizando assim 100 cadastros, quantitativo que oferece uma amostragem da realidade local.

Devido ao medo e insegurança declarada pelos participantes, visando a segurança e preservação da identidade dos agentes, a infraestrutura da Liga aplica uma camada de proteção dos participantes, que tiveram seus nomes convertidos em códigos, definidos por cada pesquisador, e estes registrados na plataforma da Liga Colaborativa dos Povos para garantia de identidade na planilha de dados tabulados (tecnologia de criptografia desenvolvida à luz dos norteadores do Acordo de Escazú para garantias de acesso à



informação, participação e proteção de agentes ambientais). Ex. Ladslau Francisco dos Santos – **codigo de preservação de identidade: UBILS**

Figura 1 – Plataforma da Liga Colaborativa para cadastro e proteção de agentes de proteção socioambiental.



Fonte: Liga Colaborativa (2024)

2.2. Área de Abrangência da Pesquisa

A seguir serão apresentadas figuras cartográficas elaboradas a partir de pesquisa de campo e cruzamento de informações com base de dados oficiais, gerando assim oportunidades de reflexões sobre o caminho e real do empreendimento no cumprimento da sua função de desenvolvimento sustentável e segurança climática do território a partir dos indícios de impactos negativos relatados pelas comunidades que convivem com o empreendimento até o momento.

Desde já vale destacar que nas falas da comunidade a instância de acompanhamento do cumprimento das condicionantes, conformidades e fórum de participação social, de acordo com resolução CEPRAM - a CAE (Comissão de Acompanhamento do Empreendimento) - tem se mostrado bastante questionável quanto sua posição na função de prevenir, mitigar e buscar soluções para os efeitos negativos decorrentes do empreendimento. Para eles a CAE tem apoiado as determinações do empreendimento, desviando assim sua função regulatória e de fiscalização.

Nesse sentido seria fundamental o acesso a memórias, registros e ATAs das reuniões da CAE para fins de verificação dos registros das reclamações e solicitações da comunidade impactada, bem como os encaminhamentos dados pelo licenciador e o empreendimento, garantindo assim o que determina a legislação estadual, federal e internacional quando observadas as determinações da OIT 169.

A figura 2 a seguir, apresenta a área de abrangência da pesquisa e o entorno imediato das áreas de intervenção da EMPRESA NORUEGUESA STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS e o desmatamento em andamento. Na figura e fotografias a seguir, pode-se

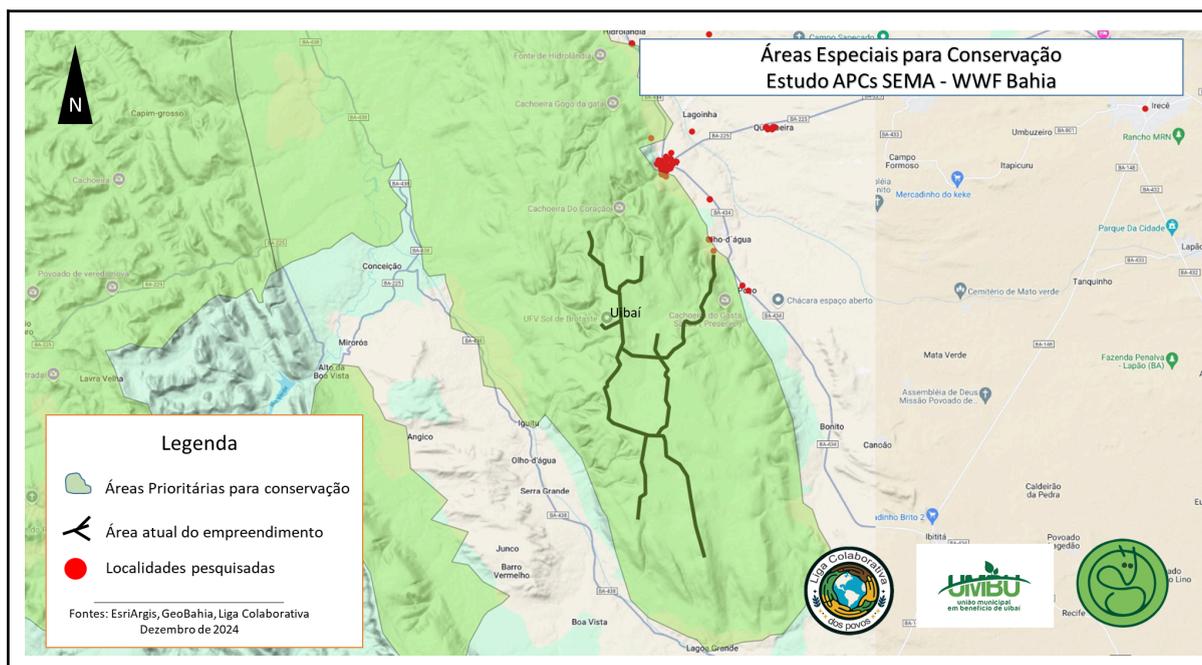


observar claramente a relevância da área em processo de desmatamento para a segurança climática e garantia de abastecimento hídrico em área de semiárido - caatinga arbórea. Chama a atenção a sensibilidade da região nesse tema visto que toda e qualquer oportunidade de convivência humana na localidade e adjacências, seu desenvolvimento econômico e cultural é dependente da disponibilidade hídrica e preservação de funções regulatórias climáticas providas pelos ecossistemas locais. A área em questão é identificada pelo Governo do Estado como Área Prioritária para Conservação segundo estudos realizados pela SEMA em 2015 em parceria com a WWF.

Ainda chama a atenção às oportunidades de alternativas locais de uso presentes na região, onde é possível o aproveitamento de pastagens e roças degradadas presentes em toda a área de influência, completamente compatíveis com a tipologia do empreendimento, notadamente nível de incidência solar, planitude e possibilidade de compartilhamento de subestação e linhas de alta tensão, o que evitaria o desmatamento de área sensível e geraria renda a agricultores hoje com dificuldade de produção pelo esgotamento das terras devido o esgotamento do solo e eventos climáticos extremos.

Esse tipo de consideração e adequação servirá inclusive como vitrine de boa prática a ser adotada no setor, já que atua com o discurso de “energia limpa”, com a finalidade de contribuição a emergência climática, através da redução das emissões de carbono e com potencial para geração e comercialização de créditos de carbono, um contrassenso, se uma vasta área de floresta primária for desmatada para esse fim. Não foi possível, em uma leitura rápida, identificar nos estudos a quantidade de carbono emitido pelo desmatamento em licenciado em toda sua cadeia produtiva, para se chegar a tal afirmação de vantagem e incentivo na região.

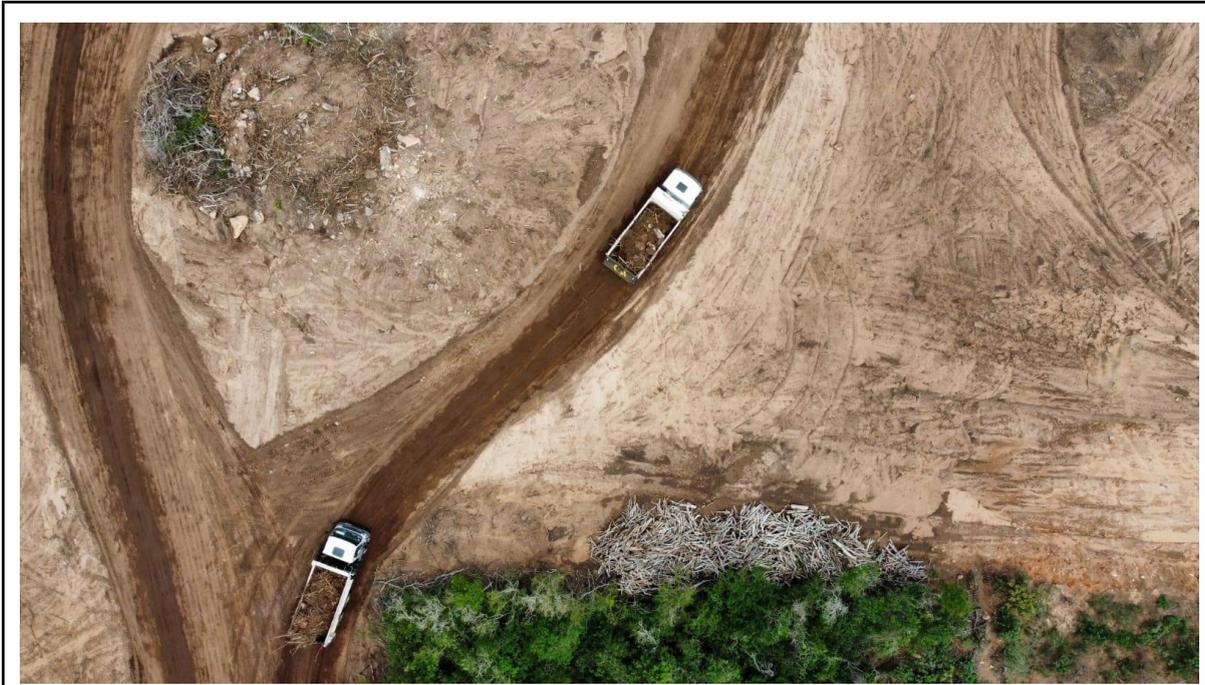
Figura 2 – Localização da usina eólica e seu entorno em processo de desmatamento para instalação da usina solar.





Fonte: Liga Colaborativa (2024)

A seguir serão apresentadas imagens impressionantes do desmatamento da caatinga arbórea presente em área prioritária para conservação segundo estudo da SEMA-BA e autorizadas pelo INEMA, capturadas por drone, pelos parceiros da organização UMBU. As imagens foram cedidas à Liga, com permissão dos autores, para uso neste relatório e em peças de comunicação e denúncia.







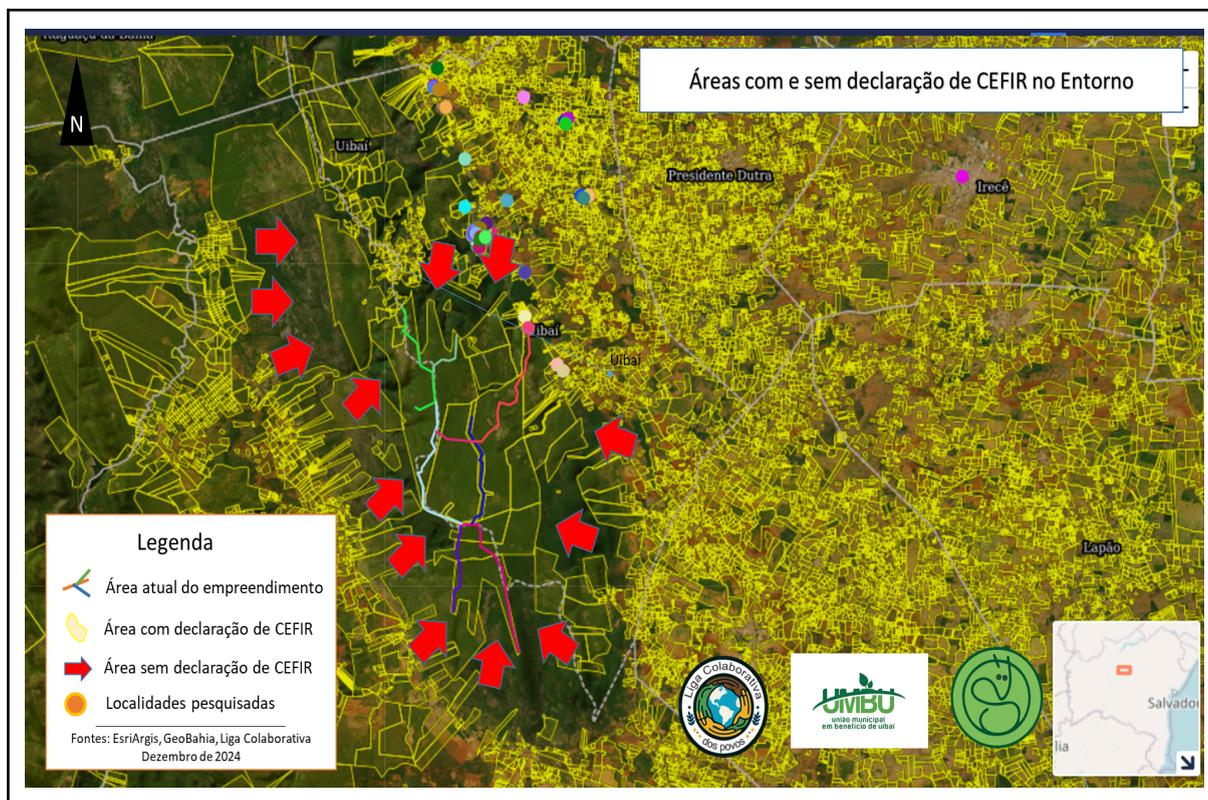
Fonte: Imagens cedidas pela Organização UMBU através de parceiros (2024)

A seguir outro fato interessante verificado foi quanto ao mosaico de unidades produtivas em situação de regularidade ambiental presentes no banco de dados GEOBAHIA, o que tem auxiliado na pesquisa inicial de compreensão da situação fundiária de um território em conflito no estado da Bahia. É sabida a dificuldade de entendimento dessa matéria no país e tem se encontrado na literatura a observação de vazios de declaração do CAR (CEFIR no estado da Bahia) onde há indicativos de áreas devolutas a serem certificadas via Ação Discriminatória.



Em áreas de montanha e de serras tem-se localizado a maior concentração de áreas com essa característica de dúvida e estabelecimento de conflito dificultando o ordenamento do uso do solo, o que vale pelo interesse público o levantamento e grande presença de geraizeiros e comunidade de fundo e fecho de pasto a certificação via Ação Discriminatória. Vale reforçar que este estudo não se aprofundou nessa matéria tampouco verificou a documentação dos imóveis rurais do território onde estão localizados os empreendimentos, apenas chamou a atenção a grande quantidade de áreas não regularizadas ambientalmente no entorno do empreendimento o que minimamente requer do Estado um esforço de incentivar a regularização ambiental desses imóveis se comprovada a sua propriedade como privada, especialmente da comunidade de fundo e fecho de pasto auto declarada de Poço e Boca D'Água de Uibaí, com cerca de 50 criadores, os quais alegam que historicamente seus rebanhos pastavam em áreas que foram ocupadas pelo empreendimento.

Figura 3 – Localização de imóveis rurais regularizados ambientalmente por meio do CEFIR .



Fonte: Liga Colaborativa (2024)

Por fim, a figura a seguir apresenta a área de pesquisa. Destaca-se que a área de concentração dos cadastros se limitou às adjacências de Uibaí pela iniciativa do levantamento ter se dado pela comunidade local.

Apesar da riqueza dos dados levantados ressalta-se a importância de complemento dos levantamentos na parte ocidental do empreendimento, no município de Ibipêba, onde inclusive se encontram duas comunidades quilombolas cuja certificação já foi concedida pela Fundação Palmares, mas suas áreas não foram ainda delimitadas pelo INCRA. A



utilizando o aplicativo OndeFoi, desenvolvido pela Liga Colaborativa dos Povos sobre a aplicação Survey123, disponibilizado pelo serviço Arcgis Enterprise, devidamente adequado e calibrado para o levantamento preciso de dados e criptografia. Ainda para verificação de veracidade das informações, todas as pesquisas foram georreferenciadas e suas coordenadas preservadas, além dos áudios de entrevistas gravadas, fotografias registradas, mas tudo preservado em banco de dados da Liga Colaborativa, em cumprimento da LGPD. A Liga ainda utiliza blockchain em ambiente WEB3 para preservar o estudo realizado e sua integridade, registrando informações e dados visando com vistas ao acompanhamento evolutivo da relação da comunidade com o empreendimento. A figura a seguir ilustra a interface de pesquisa utilizada.

Figura 5 – Interface de pesquisa e base de dados georreferenciada gerada.

The screenshot displays the ArcGIS Survey123 web interface. At the top, the browser address bar shows the survey URL. Below the navigation bar, the survey title '1. OndeFoi - Uibai - BA (Statkraft)' is visible. The main area features a map with several orange and red data points. A table below the map lists survey data for two entries: UBIMI7 and UBIMI4. The table includes columns for 'Entrevistador (uti...)', 'Localidade (mun...)', 'Comunidade / b...', 'Número de pess...', 'Sua casa/proprie...', and 'Você já ouviu fa...'. The table shows that UBIMI7 is in Uibai with 3 people, and UBIMI4 is in Hidrolandia with 5 people. To the right of the map, there is a 'registrar esse momento!' section with a photo upload area and a GPS location recording section showing coordinates: Lat: -11.355771 Lon: -42.107428.

Entrevistador (uti...)	Localidade (mun...)	Comunidade / b...	Número de pess...	Sua casa/proprie...	Você já ouviu fa...
UBIMI7	Uibai	Uibai	3	Sim, Sim	Sim, o nome da
UBIMI4	Uibai	Hidrolandia	5	Sim	Sim, statkraft

Fonte: Liga Colaborativa (2024)

3. Resultados e Síntese dos dados coletados

Todos os dados apresentados nos resultados foram gerados a partir da análise da pesquisa de campo. Por esse fato são informações declaratórias, legítimas e fiéis ao informado pelo entrevistado impactado positiva e negativamente pelo empreendimento. Esse processo cumpriu e assim garante o rito correto de consulta livre, permanente e informada, à luz da legislação federal e estadual, inclusive a convenção internacional n° 169 da OIT.

3.1. Violações e Impactos Identificados

Consulta Prévia e Transparência

Os relatos apontam uma ausência flagrante de consulta prévia e transparência por parte da empresa quanto à luz de marco legal regulatório que exige consulta Livre Prévia e Informada. Segundo as declarações, os caminhos e decisões foram tomadas sem a



participação das comunidades locais, que não tiveram previamente acesso a informações básicas sobre o empreendimento, notadamente sobre os impactos gerados ou suas medidas de mitigação.

Relatos marcantes:

1. “Não participei porque não teve.” (E.M.C)
2. “Para todos os moradores não, mas para professores públicos sim” (C.S.M)
3. “Nunca participei dessas reuniões, mas teve uma recentemente em boca d'agua para se tratar do impedimento provisório da construção do parque solar” (L.A.)
4. “Eu não vou continuar na CAE, tudo que a gente reclama eles não dão a mínima” (N. M.)

Análise Argumentativa: A exclusão das comunidades no processo decisório fere diretamente os direitos de consulta assegurados pela **Convenção 169 da OIT, legislação federal e estadual**. Se confirmada, a ausência de audiências públicas acessíveis não é apenas uma falha administrativa, mas uma violação estrutural que aprofunda a marginalização de populações tradicionais. Esses grupos possuem uma relação cultural e histórica com o território, e suas vozes devem ser consideradas como parte integrante do planejamento.

Quando mencionada a atuação da CAE é relatada a falta de transparência no fornecimento de informações e respeito nos encaminhamentos o que cria um ambiente de desinformação e insegurança para a população. A empresa, ao ignorar a obrigatoriedade de consulta prévia, desconsidera não apenas a legislação vigente, mas também as diretrizes de responsabilidade corporativa internacional. Isso compromete a legitimidade do projeto e aumenta o risco de conflitos sociais.

Recomendações de Boas Práticas:

1. Consultar o Inema e requer por instrumento da transparência registros, memórias e ATAs das reuniões da CAE para avaliar oportunidades de ajustes processuais visando a satisfação social.
2. Criar protocolos formais de consulta permanente adaptados às realidades locais, respeitando os valores das comunidades tradicionais.
3. Implementar um plano de comunicação contínua e acessível de forma efetiva, garantindo que as comunidades sejam informadas sobre todas as etapas do projeto e mensuração de performance das condicionantes.



3.2. Impactos nas Florestas e na Fauna

O desmatamento foi amplamente relatado com preocupação como uma das principais consequências da instalação do empreendimento. Moradores destacaram a destruição de vegetação nativa e o aparecimento de espécies animais nas áreas de uso humano que antes não eram comuns na região. A ausência de medidas de mitigação ou alternativas locais agrava ainda mais o quadro. Em diálogo com as comunidades foi relatada a existência de ampla disponibilidade de áreas degradadas com iguais características de insolação e nivelamento de solo, aptas para instalação da usina solar. Foi revelado ainda que as áreas degradadas são propriedade de famílias em situação de vulnerabilidade que teriam a oportunidade de significativo impacto econômico em suas vidas além do sombreamento das placas auxiliar no processo de recuperação do solo.

Relatos marcantes:

1. “Já teve caso de aparecer onça pintada, onça preta, cobras, jaguatiricas, tatu, bandos de caititu e muito mais.” (M. I. M.)
2. “Sim, vi as fotos. Devastador, o desmatamento parece desnecessário” (F. M.)
3. “Desmatamento em massa, uma coisa ridícula” (M. C. S.)

Análise Argumentativa: A destruição da vegetação nativa não é apenas uma agressão ao meio ambiente, mas uma ameaça direta à subsistência das comunidades locais, que dependem da integridade dos ecossistemas para sua sobrevivência, em especial em regiões de severidade climática. A retirada das matas de caatinga arbórea, o desmatamento ao redor de áreas de recarga, por exemplo, compromete a capacidade de recarga hídrica e acelera a erosão do solo, gerando impactos irreversíveis na disponibilidade de água para consumo humano, animal e agrícola.

Além disso, a perda de biodiversidade compromete o equilíbrio ecológico da região. Flora e fauna que antes desempenhavam funções essenciais no ecossistema, como controle climático, controle de pragas e dispersão de sementes, agora estão comprometidos, dificultando o processo de regeneração natural. Esse cenário revela a negligência da empresa em cumprir as normativas ambientais e evidencia uma abordagem de desenvolvimento predatória.

Nos 20 municípios que compõem o Território de Irecê o desmatamento da caatinga na área agricultável já supera a marca de 90%, com um índice de perda de água por evaporação superior a 2.500 mm/ano, contra um regime de chuvas abaixo de 700 mm/ano.

É fundamental notificar o Inema para avaliar a eficácia da CAE e a existência de estudo de alternativa locacional para orientar o empreendedor para a boa prática alinhada com o planejamento estratégico macro do Estado e do Brasil no enfrentamento às mudanças climáticas e garantias de impacto positivo da transição energética de baixo carbono.



Recomendações de Boas Práticas:

1. Realizar estudos de alternativas locais visto que existem áreas de pastagens degradadas com condições técnicas para acolher o empreendimento.
2. Estabelecer programas imediatos de reflorestamento, priorizando espécies nativas.
3. Criar corredores ecológicos para restabelecer o trânsito da fauna local e garantir a preservação de habitats críticos.

3.3. Economia Local e Precarização

Os moradores relataram aumento significativo no custo de vida e exclusão das oportunidades de emprego prometidas pelo empreendimento. Em vez de priorizar a mão de obra local ou criar programas eficientes para segurança alimentar e geração de renda, segundo relatos a empresa optou por criar programas pontuais para cumprir o exigido no licenciamento e contratar trabalhadores externos, agravando o descontentamento social.

Relatos marcantes:

1. “Tivemos pouquíssimas oportunidades de trabalho, só guarda, vigilante, cortar as árvores.” (I. M.)
2. “Aumentou bastante os preços das coisas. Tão pra matar a população.” (N. M.M)
3. “A empresa faz o repasse para a prefeitura fazer (por obrigação), mas a prefeitura não faz.” (B.R.P.)

Análise Argumentativa: Se confirmada, a exclusão econômica das comunidades demonstra indícios de uma falta de compromisso social por parte da empresa. Grandes empreendimentos têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento local, mas quando mal geridos, podem aprofundar desigualdades. O aumento do custo de vida, combinado com a ausência de geração de renda para os moradores, cria um cenário de empobrecimento e marginalização com aumento do uso de drogas e prostituição.

Além disso, quando ocorre, a negligência em investir em capacitação técnica para a população local perpetua uma relação desigual, na qual os benefícios econômicos do projeto são concentrados fora da região. Essa abordagem contraria os princípios de desenvolvimento sustentável e justiça social.

Um dado que pode estar sendo escamoteado é o curto prazo da obra (16 meses), o que impede, em tese, a preparação de mão de obra, uma vez que parte significativa da população com capacidade de trabalho migra para Minas Gerais, São Paulo e para o Oeste da Bahia e não se sente atraída por um empreendimento de curto prazo. Ainda mais considerando que muitas ocupações duram menos de três meses, como o pessoal empregado no desmatamento.



A empresa fala na contratação, em média, de 400 pessoas, mas não é transparente no sentido de explicitar para os membros da CAE os registros dos empregados e a relação de trabalhadores locais.

Recomendações de Boas Práticas:

1. Priorizar a contratação local com programas de capacitação técnica e profissional e fornecer à CAE a publicação do registro total de empregados destacando a relação de empregados locais;
2. Estabelecer parcerias com instituições locais para fomentar projetos de geração de renda.
3. Desenvolver programas massivos de incentivo à produção de alimentos, desenvolvimento de cadeia de beneficiamento e comercialização em redes agroecológicas.
4. Adquirir no comércio local todos os materiais e insumos disponíveis localmente, como madeira, cimento, ferro, combustíveis, alimentos, etc.
5. Realizar o recapeamento completo das estradas asfaltadas que foram danificadas pela passagem de carga pesadas para o empreendimento, uma vez que tais estradas são ativos de extrema relevância social (transporte de doentes, alunos, etc) e para a circulação de produtos da agricultura familiar e da economia solidária.

3.4. Violência Social e Contra Mulheres

Casos de assédio e abuso sexual, especialmente contra mulheres, foram amplamente relatados e ao mesmo tempo se relata que são pouco denunciados por constrangimento das vítimas, o que gerou grande preocupação. A presença de trabalhadores externos, sem mecanismos de controle, provoca uso excessivo de drogas, gerando um ambiente de insegurança para as comunidades, em especial jovens e crianças.

Foi constatado nas falas que casas alugadas para uso coletivo de trabalhadores vindos de fora, foram transformadas em antros de consumo de álcool e droga, com farras e baladas até altas horas da madrugada, perturbando a paz e o sossego público.

Relatos marcantes:

1. "Minha filha foi assediada enquanto voltava da escola." (C.S.)
2. "Tem muito barulho na vizinhança, eles desrespeitam as mulheres. Teve já homicídio, prostituição, drogas." (L.S.P.)
3. "Eles fazem festa e distribuem cachaça à vontade." (I.M.)

Análise Argumentativa: A violência de gênero reflete a ausência de políticas corporativas e programas para prevenir abusos. Quando confirmada, a negligência da empresa em controlar o comportamento de seus trabalhadores é agravada pela falta de canais de



denúncia acessíveis. Esse cenário demonstra não apenas uma falha de gestão, mas uma violação aos direitos humanos, expondo as comunidades a riscos que poderiam ser evitados.

A insegurança também afeta a coesão social, gerando tensões entre moradores e trabalhadores externos. Isso compromete a convivência pacífica e amplia a resistência local ao empreendimento.

Recomendações de Boas Práticas:

1. Criar um sistema de denúncia acessível e seguro, com suporte psicológico e jurídico às vítimas.
2. Realizar treinamentos obrigatórios para trabalhadores sobre conduta ética e respeito às comunidades.
3. Criar programas de prevenção e combate à exploração sexual e uso de drogas.

4. Destaques das entrevistas

Apresentados a seguir dois destaques da pesquisa com dois depoimentos coletados, do universo de 100 colhidos, selecionados para ilustrar os conteúdos alarmantes e indícios de violações de direitos a serem devidamente investigados para comprovação de veracidade e adoção de providências. Vale destacar que nos depoimentos espontâneos são relatados por duas mulheres, ambas das comunidades atingidas as seguintes violações, que devem ser apuradas, e caso constatada a veracidade, tomadas as devidas ações administrativas e jurídicas:

- Assédio e desrespeito a meninas e mulheres por parte de trabalhadores trazidos pela empresa para atuação nas obras;
- Não representatividade da CAE na defesa dos interesses da população atingida beneficiando o empreendedor;
- Condições ruins de trabalho com assédio moral e ameaça de demissão de superiores a trabalhadores e terceirizados por não cumprimento de ordens abusivas.



Depoimento 1 - Entrevista moradora da comunidade

Ouçã o áudio completo com distorção de voz para preservação da identidade e segurança da entrevistada. O áudio original se encontra depositado na base de dados criptografada da Liga Colaborativa para garantia de legitimidade e integridade do depoimento.

<https://youtu.be/RZhX-HrpYfA>

Ative a legenda do Youtube caso tenha dificuldade de entendimento

Depoimento 2 - Denúncia e desabafo de moradora ao saber das atividades de oitiva da Liga Colaborativa na região

Ouçã o áudio completo com distorção de voz para preservação da identidade e segurança da entrevistada. O audio original se encontra depositado em base de dados criptografada para garantias de legitimidade do depoimento.

<https://youtu.be/ITiU-GTO6yE>

Ative a legenda do Youtube caso tenha dificuldade de entendimento

4. Conclusão

O Complexo Solar Santa Eugênia, a partir da escuta livre e informada a uma amostra da população das comunidades de Uibaí, apresenta flagrantes indícios de distorção na função social do empreendimento que em vez de promover o desenvolvimento sustentável, está gerando exclusão social, degradação ambiental e insegurança para as comunidades (a ser verificada com estudos mais profundos). Este relatório evidencia assim indícios de violações e propõe soluções que, se implementadas, podem reparar danos e garantir o respeito às normas e direitos das comunidades, melhorando assim a relação da empresa com o território e retornando o empreendimento a sua função na trajetória de uma transição energética justa, popular e inclusiva.

5. Encaminhamentos da Liga Colaborativa

- Apresentar os estudos à comunidade impactada;
- Apresentar o relatório ao Ministério Público;
- Protocolar denúncia à fiscalização do Inema;
- Verificar de potencial para denúncia internacional, por se tratar de imprensa Norueguesa e de indícios de violações de direitos a populações vulneráveis evocando os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos e dos muitos instrumentos da CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO Convenção nº 169 da OIT;



5. Contribuições

- Equipe Liga Colaborativa:

Biol. Rafael Freire (coordenador da ação) - GAMBA / LIGA

Adv. Gilmara Passos (coordenação jurídica) - LIGA

Dev Vitor Silva (desenvolvedor de tecnologia) - LIGA

Renato Cunha (colaborador para comunicação e incidência) - GAMBA / LIGA

Edimário de Oliveira Machado (colaborador técnico local) - UMBU / LIGA

- Pesquisadores capacitados da comunidade:

Nosso especial agradecimento aos moradores das comunidades e povoados de Uibaí, que viabilizaram de forma rápida e precisa essa pesquisa.

UBIAM, UBIIS, UBIJS, UBIJS, UBIJC, UBILS, UBIMS, UBISS, UBIVS



Acesse a plataforma, colabore com a Liga e receba estudos gratuitamente

www.ligacolaborativa.site

Apoiador da Liga Colaborativa





ANEXOS

Anexo 1

Anexo 1 - Questionário aplicado na pesquisa



Pesquisa de Percepção de Violações e Respeito a Salvaguardas Socioambientais por empreendimento de energia

Entrevistado:
 Entrevistador:
 Localidade:
 Comunidade:
 número de pessoas na família:
 Possui título de posse da terra?

- As perguntas devem ser aplicadas por membros das comunidades em localidades interferidas pelo empreendimento;
- Deve ser utilizado o aplicativo **OndeFoi** para preenchimento e assim agilizar o processo de sistematização das informações;
- Os dados levantados irão gerar um relatório de percepção dos interferidos sobre salvaguardas violadas;
- Após sistematização, o relatório será devolvido para a comunidade com apresentação dos resultados, e encaminhado para questionamentos junto a empresa e demais organizações e entidades pertinentes.

Clique na imagem para acessar o arquivo

Anexo 2

Anexo 2 - Tabela de dados brutos

Clique na imagem para acessar o arquivo



Anexo 3

Anexo 3 - Verão de universalização da informação.

Attention: The translation of this technical report was processed by artificial intelligence and may contain interpretation errors or inaccuracies. Therefore, the valid content for the reporting of studies is considered to be the version in Portuguese.

Declaratory Research Report: Violations and Impacts of the Santa Eugênia Solar Complex

Authorship:

- Municipal Union for the Benefit of Uibaí – UIMBU
- Collaborative League of Peoples – League
- Environmentalist Group of Bahia – GAMBÁ

December 20, 2024

The Collaborative League of Peoples project has the mission of equipping peoples, cultures, and nature with high-tech resources to assist in the pursuit of safeguards and guarantees for socio-environmental rights in a rapid and technically robust manner. This aims to promote the performance of best practices by verifying non-compliances caused by plans, programs, projects, or enterprises in a territory occupied by socio-biodiversity heritage.

Our mission is to regenerate processes for an equitable society, healthy ecosystems, and a fair economy for all peoples, cultures, and nature.

Below, you will find data from genuine open listening sessions conducted with community members and through dialogues with their relatives, neighbors, and acquaintances who experience the daily impacts of the enterprise.

This report presents a summary of the listening data gathered from voices aiming to report abuses and problems faced with the installation of the enterprise:

Santa Eugênia Solar Complex, under construction in Uibaí by the company STATKRAFT.

It is worth highlighting that the raw tabulated data provide greater details. Additionally, the audio recordings of the conversations—obtained with authorization—conducted during the interviews are compelling, revealing indications of a chain of violations and abuses that require further investigation.

All data presented are primary data authored by the Collaborative League, generated from information gathering and field research with extensive social participation and the involvement of a multidisciplinary technical team.



Collaborate with the League to continue this work!

ligacolaborativa.site

1. Introduction

Research Data:

The enterprise is undergoing legal proceedings and is in conflict with urban and rural areas, quilombola communities, family farming, and communal pasture lands.

The area has significant socio-biodiversity attributes, currently in a vulnerable state, and is of great relevance to the climate agenda, for which the Brazilian State has international conservation commitments.

Research Period:

December 11, 2024, to December 18, 2024

Community satisfaction rating with the enterprise:

2.96

For the communities of Uibaí, Statkraft IS NOT A FRIEND of Peoples, Cultures, or Nature.

Note: The satisfaction rating is an arithmetic average calculated from the spontaneous declarations of interviewees when asked about their level of satisfaction with the enterprise. Individual scores can be observed in the tabulated data.

Case Study

The Santa Eugênia Solar Complex, under construction in Uibaí, Bahia, has brought to light serious socio-environmental and economic issues. It is undergoing legal proceedings due to uncertainties surrounding its compliance process within the environmental licensing procedures, as noted by the Public Prosecutor's Office of the State of Bahia. According to local residents' accounts, several irregularities need to be verified, including the inefficiency of the Enterprise Evaluation Commission (CAE), established to ensure guarantees of best practices. The CAE's performance has exacerbated the ongoing challenges experienced during the construction of the wind farm operated by the same company.

This report compiles and analyzes social perceptions of the impacts of the enterprise, capturing spontaneous and protected statements that indicate rights violations. It offers recommendations for further studies and investigations to adjust practices and repair damages. Using national and international regulations as a basis, the goal is to provide an instrument containing primary data emerging from the efforts of underheard peoples, aimed at supporting the Prosecutor's Office in protecting the affected communities.



2. Context and Methodology

The information presented here was derived from cross-referencing data collected by the technical team provided by the Collaborative League with the free statements collected/generated through interviews with residents of the enterprise's area of influence. The analysis considered the guidelines of ILO Convention 169, as well as Brazilian and Bahia state environmental and social legislation. The accounts were compared to regulatory standards to identify signs of violations, recommending further studies to verify compliance and propose best practices aimed at sustainable and just energy transition development.

2.1. Research Methodology

During the research period, local leaders were contacted, and based on spontaneous manifestations, 10 positive impact agents were mobilized to carry out the research. All research agents were community members and local residents, specifically trained to administer the research questionnaires with another 10 community peers, totaling 100 registrations—a sample size that reflects the local reality.

Due to the fear and insecurity expressed by participants, and to ensure their safety and anonymity, the League's infrastructure implemented a layer of protection for participants. Their names were converted into codes, chosen by each researcher, and registered on the Collaborative League's platform to guarantee identity security within the tabulated data sheet (encryption technology developed in compliance with the Escazú Agreement's guidelines on access to information, participation, and environmental agent protection).

Example: Ladslau Francisco dos Santos – Identity preservation code: UBILS

Figure 1 – Collaborative League platform for registering and protecting socio-environmental protection agents.





Source: Collaborative League (2024)

2.2. Research Coverage Area

The following cartographic figures were developed from field research and cross-referencing with official databases, creating opportunities for reflections on the project's actual trajectory and its role in fulfilling sustainable development and climate security within the territory. These reflections are based on indications of negative impacts reported by the communities living with the enterprise thus far.

It is important to highlight that, according to the community's statements, the instance responsible for monitoring compliance with conditions, conformity, and social participation forums—as defined by CEPRAM resolution, namely the CAE (Enterprise Monitoring Commission)—has been highly questionable in its role of preventing, mitigating, and addressing the negative effects of the enterprise. According to them, the CAE has supported the enterprise's determinations, thereby deviating from its regulatory and supervisory functions.

In this context, accessing records, meeting minutes, and reports from CAE meetings is essential to verify the documentation of complaints and requests made by the impacted community, as well as the responses provided by the licensing authority and the enterprise. This ensures compliance with state, federal, and international legislation, particularly as stipulated by ILO Convention 169.

Figure 2 below illustrates the research coverage area and the immediate surroundings of the intervention areas of the **Norwegian company STATKRAFT Renewable Energies**. In the figure, the significance of the deforestation process for climate security and ensuring water supply in the semi-arid region—arboreal caatinga—is evident. The sensitivity of the region is particularly noteworthy, as every opportunity for human habitation in the area and its surroundings, as well as its economic and cultural development, depends on water availability and the preservation of climate regulatory functions provided by local ecosystems.

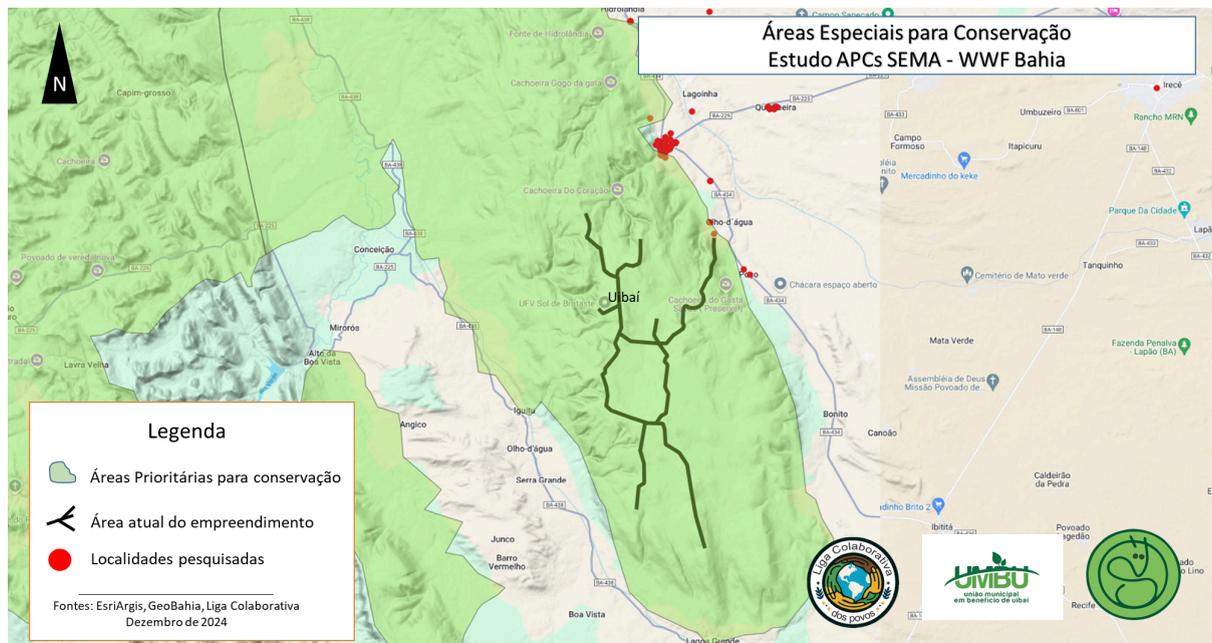
Attention is also drawn to the opportunities for alternative locational uses in the region, where it is possible to utilize degraded pastures and fields across the entire area of influence. These are fully compatible with the project's typology, particularly concerning solar incidence levels, flat terrain, and the possibility of sharing substations and high-voltage lines. Such an approach would avoid deforestation of sensitive areas and generate income for farmers currently struggling to produce due to soil exhaustion and extreme climatic events.

This type of consideration and adjustment could serve as a model for best practices in the sector, especially given its narrative of “clean energy.” The goal would be to contribute to the climate emergency through carbon emissions reduction and the potential for carbon credit generation and commercialization—a contradiction if a vast area of primary forest is



deforested for this purpose. A quick review of the studies did not reveal data on the amount of carbon emitted by deforestation throughout its production chain, raising doubts about the claimed benefits and incentives in the region.

Figure 2 – Location of the wind farm and its surroundings undergoing deforestation for the installation of the solar farm.



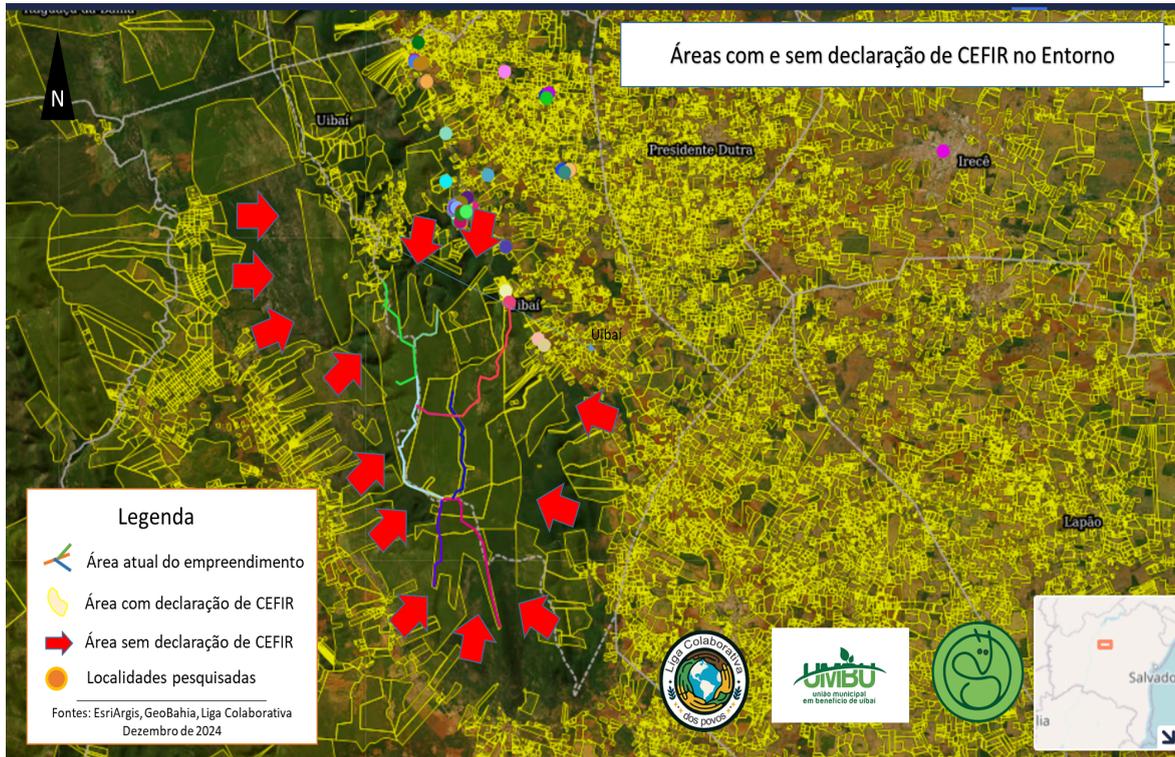
Source: Collaborative League (2024)

Another noteworthy observation was the mosaic of productive units in environmentally compliant status found in the GEOBAHIA database, which has supported the initial research into land tenure issues in a conflict-ridden territory in the state of Bahia. The complexity of this matter in Brazil is well known, with literature often highlighting gaps in CAR (Rural Environmental Registry) declarations—referred to as CEFIR in Bahia—that suggest areas classified as vacant lands requiring certification through Discriminatory Action.

In mountainous and hilly areas, there is a higher concentration of lands with such uncertain status and conflicts, complicating land use planning. Given the public interest, efforts should focus on surveying and certifying the significant presence of *geraizeiros* and *fundo e fecho de pasto* communities through Discriminatory Action. It is worth noting that this study did not delve deeply into this matter nor verify the documentation of rural properties in the territory where the projects are located. However, attention was drawn to the large number of environmentally unregulated areas surrounding the enterprise, which at a minimum requires state efforts to encourage environmental regularization of these properties, provided they are proven to be privately owned. This is particularly critical for the *fundo e fecho de pasto* communities, such as those in Poço and Boca D'Água de Uibaí, comprising approximately 50 livestock farmers who claim their herds historically grazed on lands now occupied by the enterprise.



Figure 3 – Location of environmentally compliant rural properties registered through CEFIR.

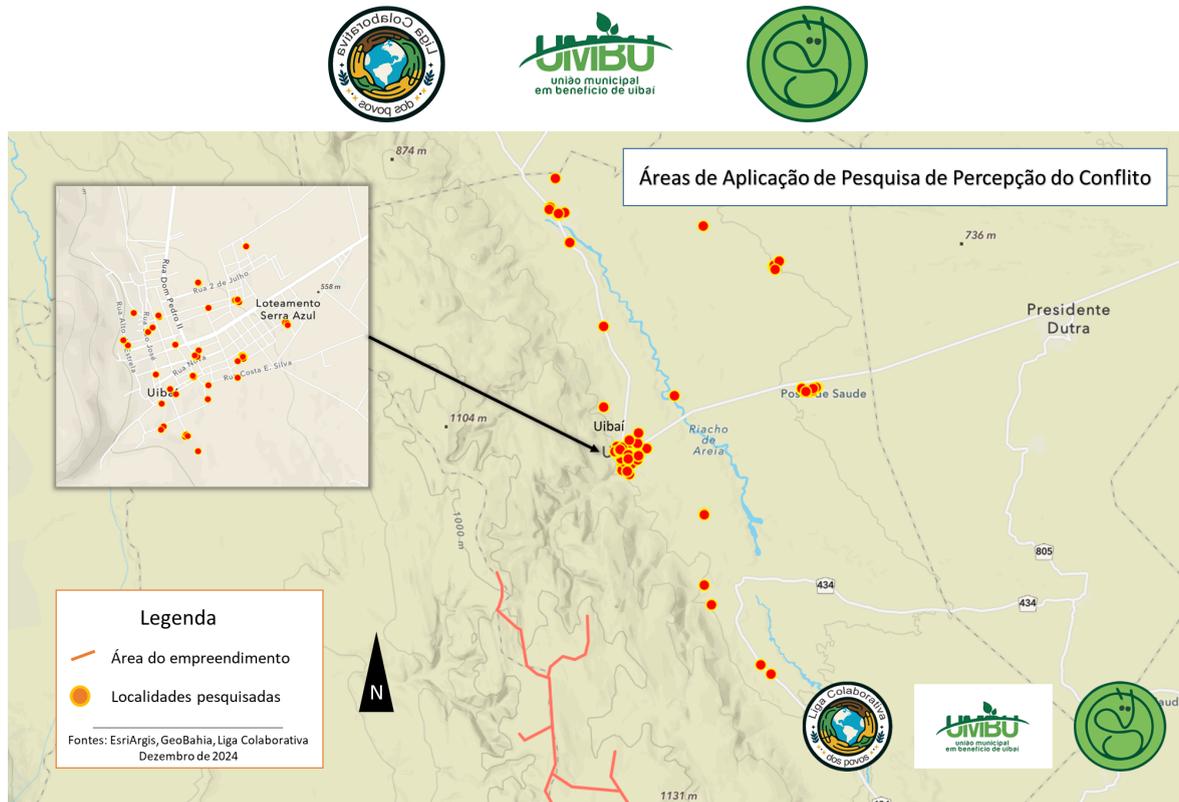


Source: Collaborative League (2024)

Finally, the following figure outlines the research area. It highlights that the registration focus was limited to Uibaí’s surroundings, as the study was initiated by the local community.

Despite the wealth of data collected, it is important to complement the survey in the western part of the enterprise, located in Ibipecta municipality, which includes two quilombola communities already certified by Fundação Palmares but not yet demarcated by INCRA. The potential impacts of extreme weather events on these traditional communities, including their rural properties, crops, and livestock, have not been adequately assessed in the licensing documentation. Such omissions represent a critical oversight given the international legal protections for traditional communities, to which Brazil is a signatory.

Figure 4 – Research distribution for free participation and impact perception consultation regarding the Santa Eugênia Solar Complex.



Source: Collaborative League (2024)

2.3. Research Questionnaire

The questionnaire used to collect perceptions of negative impacts and rights violations was developed based on the Social and Environmental Safeguards for protecting vulnerable communities and territories, created by the Northeast Power Collective after three years of monitoring various rights violations in the renewable energy sector throughout the Northeast. Additionally, it addressed the concerns of individuals affected by the judicialization of the Santa Eugênia Solar Complex, currently under construction in Uibaí by the company Statkraft, amidst allegations of irregularities filed by the Public Prosecutor's Office of Bahia.

Annex 1 presents the questions and tabulated data that form the basis of the synthesis provided in this report. Methodologically, the surveys were collected using the OndeFoi app, developed by the Collaborative League of Peoples and based on the Survey123 application, provided by ArcGIS Enterprise. The app was customized and calibrated for precise data collection and encryption. All surveys were georeferenced, with coordinates protected, and interview audio recordings and photographs stored in the Collaborative League's database in compliance with the LGPD (Brazilian Data Protection Law). Additionally, the League employs blockchain technology within a Web3 environment to preserve the study's integrity, registering data for monitoring the community-enterprise relationship's evolution.

Figure 5 – Survey interface and generated georeferenced database.



The screenshot displays the ArcGIS Survey123 interface for a survey titled "1. OndeFoi - Uibai - BA (Statkraft)". The map shows several orange data points in the Uibai region. Below the map is a table with the following data:

Entrevistador (uti...)	Localidade (mun...)	Comunidade / b...	Número de pess...	Sua casa/proprie...	Você já ouviu fa
UBIM17	Uibai	Uibai	3	Sim, Sim	Sim, o nome da e
UBIMI4	Uibai	Hidrolandia	5	Sim	Sim, statkraft

Source: Collaborative League (2024)

3. Results and Data Summary

All data presented in the results were generated from the field research analysis. As such, they represent declaratory information, legitimate and faithful to what was reported by the interviewed individuals impacted positively or negatively by the enterprise. This process adhered to and thus guarantees the correct procedure of free, permanent, and informed consultation in compliance with federal and state legislation, including ILO Convention 169.

3.1. Identified Violations and Impacts

Prior Consultation and Transparency

Reports reveal a blatant absence of prior consultation and transparency by the company, contrary to regulatory legal frameworks requiring Free, Prior, and Informed Consultation. According to the statements, decisions were made without involving local communities, who were not previously provided with basic information about the enterprise, notably concerning its impacts or mitigation measures.

Notable Statements:

- "I didn't participate because there wasn't any." (E.M.C)
- "Not for all residents, but for public school teachers, yes." (C.S.M)
- "I've never participated in these meetings, but there was one recently in Boca d'Água about the temporary suspension of the solar park construction." (L.A.)



- "I'm not staying in the CAE anymore. Everything we complain about, they completely ignore." (N.M.)
-

Argumentative Analysis:

The exclusion of communities from the decision-making process directly violates the consultation rights guaranteed by ILO Convention 169 and federal and state laws. If confirmed, the absence of accessible public hearings is not merely an administrative failure but a structural violation that deepens the marginalization of traditional populations. These groups have cultural and historical ties to the land, and their voices must be integral to the planning process.

Reports on CAE activities highlight a lack of transparency in information provision and a lack of respect in decision-making processes, fostering an environment of misinformation and insecurity for the population. By ignoring the obligation for prior consultation, the company disregards not only current legislation but also international corporate responsibility guidelines. This undermines the project's legitimacy and heightens the risk of social conflict.

Recommendations for Best Practices:

- Consult INEMA to request records, minutes, and reports from CAE meetings to identify opportunities for procedural adjustments aimed at social satisfaction.
 - Develop formal consultation protocols adapted to local realities, respecting traditional communities' values.
 - Implement an effective, continuous, and accessible communication plan to ensure communities are informed about all project stages and performance metrics for compliance measures.
-

3.2. Impacts on Forests and Wildlife

Deforestation was widely reported as one of the main consequences of the enterprise's implementation, raising concerns among residents. The destruction of native vegetation and the appearance of animal species in human-use areas, previously uncommon in the region, were highlighted. The lack of mitigation measures or alternative site locations exacerbates the situation. Communities reported the availability of large degraded areas with similar solar incidence and terrain level conditions suitable for the solar farm's installation. These degraded areas are owned by vulnerable families, who could benefit economically from the enterprise and whose land regeneration could be aided by solar panel shading.

Notable Statements:



- "There have been cases of jaguars, black panthers, snakes, ocelots, armadillos, peccary herds, and much more showing up." (M.I.M.)
- "Yes, I saw the photos. Devastating; the deforestation seems unnecessary." (F.M.)
- "Mass deforestation—an absurdity." (M.C.S.)

Argumentative Analysis:

The destruction of native vegetation is not only an environmental offense but a direct threat to the livelihoods of local communities, particularly in areas with severe climate conditions. Clearing caatinga forest vegetation and deforesting recharge zones compromise water recharge capacities and accelerate soil erosion, resulting in irreversible impacts on water availability for human, animal, and agricultural use.

Additionally, biodiversity loss disrupts the ecological balance of the region. Flora and fauna that played critical roles in the ecosystem, such as climate regulation, pest control, and seed dispersal, are now compromised, hindering natural regeneration. This scenario underscores the company's negligence in adhering to environmental regulations and highlights a predatory development approach.

Recommendations for Best Practices:

- Conduct studies on alternative site locations, considering degraded pastures with technical suitability for the enterprise.
- Establish immediate reforestation programs, prioritizing native species.
- Create ecological corridors to restore wildlife movement and ensure the preservation of critical habitats.

3.3. Local Economy and Precarization

Residents reported a significant increase in the cost of living and exclusion from the employment opportunities promised by the enterprise. Instead of prioritizing local labor or creating effective programs for food security and income generation, the company reportedly opted for ad-hoc programs to meet licensing requirements and hired external workers, exacerbating social discontent.

Notable Statements:

- "We had very few job opportunities, just security guards, watchmen, tree-cutters." (I.M.)
- "Prices have increased a lot. They are suffocating the population." (N.M.M.)
- "The company transfers funds to the city council (because they have to), but the council doesn't do anything." (B.R.P.)



Argumentative Analysis:

If confirmed, the economic exclusion of communities suggests a lack of social commitment by the company. Large enterprises have the potential to boost local development, but when poorly managed, they can deepen inequalities. The increase in the cost of living, combined with the lack of income generation for residents, creates a scenario of impoverishment and marginalization, with rising drug use and prostitution.

Furthermore, neglecting to invest in technical training for the local population perpetuates an unequal relationship where the economic benefits of the project are concentrated outside the region. This approach contradicts the principles of sustainable development and social justice.

A potentially concealed issue is the short duration of the construction project (16 months), which in theory prevents workforce preparation, as a significant portion of the population capable of working migrates to Minas Gerais, São Paulo, or Western Bahia and is not attracted to short-term employment. Even more so considering that many occupations last less than three months, such as those employed in deforestation.

The company claims to employ, on average, 400 people but lacks transparency in presenting employment records to the CAE, particularly regarding local workers.

Recommendations for Best Practices:

- Prioritize local hiring with technical and professional training programs and provide the CAE with employment records, highlighting the proportion of local workers.
- Establish partnerships with local institutions to foster income generation projects.
- Develop large-scale programs to promote food production, processing, and commercialization within agroecological networks.
- Purchase all locally available materials and supplies, such as wood, cement, iron, fuel, and food, from local businesses.
- Fully resurface damaged paved roads affected by heavy load transportation for the enterprise, as these roads are essential social assets (e.g., for transporting patients and students) and support the circulation of family farming and solidarity economy products.

3.4. Social Violence and Violence Against Women

Cases of harassment and sexual abuse, particularly against women, were widely reported but often underreported due to victims' embarrassment. The presence of external workers, without control mechanisms, has led to excessive drug use, creating an unsafe environment for communities, especially women, young people, and children.



Residents also noted that houses rented for collective use by external workers were turned into dens of alcohol and drug consumption, with loud parties disturbing public peace and tranquility.

Notable Statements:

- "My daughter was harassed while returning from school." (C.S.)
 - "There's a lot of noise in the neighborhood; they disrespect women. There have already been homicides, prostitution, drugs." (L.S.P.)
 - "They throw parties and distribute liquor freely." (I.M.)
-

Argumentative Analysis:

Gender-based violence reflects the absence of corporate policies and programs to prevent abuse. If confirmed, the company's negligence in controlling its workers' behavior is aggravated by the lack of accessible reporting channels. This situation represents not only a management failure but also a violation of human rights, exposing communities to avoidable risks.

Insecurity also disrupts social cohesion, creating tensions between residents and external workers. This compromises peaceful coexistence and intensifies local resistance to the enterprise.

Recommendations for Best Practices:

- Create an accessible and secure reporting system with psychological and legal support for victims.
- Conduct mandatory training for workers on ethical conduct and community respect.
- Develop programs to prevent and combat sexual exploitation and drug use.

4. Highlights from Interviews

Presented below are two key highlights from the research, showcasing two statements selected from a total of 100 collected to illustrate alarming content and indications of rights violations that warrant further investigation for verification and appropriate administrative and legal actions. Notably, these spontaneous statements were made by two women from the affected communities, reporting the following violations that must be addressed if confirmed to be true:

- Harassment and disrespect towards girls and women by workers brought in by the company for construction activities.
- Lack of representation of the CAE in defending the interests of the affected population, favoring the developer.



- Poor working conditions, including moral harassment and threats of dismissal from supervisors toward workers and subcontractors for not complying with abusive orders.
-

Testimony 1 - Interview with a Community Resident

Listen to the full audio with voice distortion to preserve the identity and security of the interviewee. The original audio is stored in the Collaborative League's encrypted database to ensure the legitimacy and integrity of the statement.

[Link to audio: <https://youtu.be/RZhX-HrpYfA>]

Activate YouTube captions if you encounter difficulties in understanding.

Testimony 2 - Complaint and Outcry from a Resident Upon Learning About the Collaborative League's Listening Activities in the Region

Listen to the full audio with voice distortion to preserve the identity and security of the interviewee. The original audio is stored in an encrypted database to ensure the legitimacy of the statement.

[Link to audio: <https://youtu.be/ITiU-GTO6yE>]

Activate YouTube captions if you encounter difficulties in understanding.

5. Conclusion

The Santa Eugênia Solar Complex, based on open and informed listening conducted with a sample of Uibaí community residents, shows clear indications of deviation from its social function. Rather than promoting sustainable development, it appears to be generating social exclusion, environmental degradation, and insecurity for the communities (to be verified with further studies). This report highlights indications of violations and proposes solutions that, if implemented, could repair damages, ensure compliance with regulations, respect community rights, and improve the company's relationship with the territory, restoring the enterprise to its intended role in advancing a just, inclusive, and popular energy transition.

6. Recommendations from the Collaborative League

- Present the studies to the impacted community.
- Submit the report to the Public Prosecutor's Office.
- File a complaint with INEMA's oversight authorities.
- Assess the potential for an international complaint, given that the enterprise is Norwegian and indications of rights violations against vulnerable populations invoke



the terms of the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights, and several instruments of the INTERNATIONAL LABOR CONFERENCE Convention No. 169 of the ILO.

7. Contributions

Collaborative League Team:

- Biologist Rafael Freire (action coordinator) - GAMBA / LIGA
- Lawyer Gilmara Passos (legal coordination) - LIGA
- Developer Vitor Silva (technology developer) - LIGA
- Renato Cunha (communication and advocacy collaborator) - GAMBA / LIGA
- Edimário de Oliveira Machado (local technical collaborator) - UIMBU / LIGA

Community Researchers:

Special thanks to the residents of the communities and villages of Uibaí, who enabled this research quickly and accurately.

UBIAM, UBIIS, UBIJS, UBIJC, UBILS, UBIMS, UBISS, UBIVS

Access the platform and collaborate with the League:

ligacolaborativa.site

Anexo 4

Anexo 4 - Pasta de protocolos e processos

<https://drive.google.com/drive/folders/1jGGiRxIpbG4Wg-ULSfzIYTStglAS7cU1?usp=sharing>

Este relatório foi gerado automaticamente pela plataforma OriginalMy.

Relatório requisitado por

Espiral DS

Data

06/01/2025

Hora

09:12

A plataforma OriginalMy assina digitalmente o hash do documento original e os endereços da(s) rede(s) blockchain onde o mesmo foi registrado.

Identidade Digital

1oriGMy27TK1YyrJuYxPvRparcf5HKuxs

Assinatura Digital

HNGa2ickqi8MWT/7qn2aS1WA8GZAWzkQLx1I2KpZugaYwgiLjanjWGW3EFX6Gqj95
0uDkBgP+aYLUiUzkhTUGs=

Conteúdo assinado digitalmente (codificado em base64)

LS0tLS0gaW5pY2lvIGFzc2luYXR1cmEgZGlnaXRhbCBkb2N1bWVudG8gKHNoYT11N
ikgLS0tLS0KMWM5NmRiYzQ1NDMzY2M4ODBkZTI5ZTEwYzUwYTMiYzA5OWE5N2U4OT
JmZDAwNDUwYmM2ZTRjZDNIYTMiYWNhMwotLS0tLSBmaW0gYXNzaW5hdHVyYSBkaWd
pdGFsIGRvY3VtZW50byAoc2hhMjU2KSAAtLS0tLQotLS0tLSBpbmljaW8gY29kaWdv
IGRhiHRyYW5zYWNhbyBibG9ja2NoYWIulC0tLS0tCkVUQyBUWCAweGYwOTViMzAxM
GI3ZTE5OTFkNjgyYzgzZDdhNTU2ZGU4ZDNmMzQ4MGI1MmU1YzZkMjQ0ZGZjMTYxMD
IzMjAxMzEKRENSIFRYIDQwNmZkYWJjMWNjNmJjN2NkYjQ4NDYwY2I2ZTU2MjA0NTI
2YjVjZGUxZGI1MDFmNGEyMGFiNjJhYjIjODc2YjkkRENSIE1FUktMRSaZWFmMjFj
MzBjOWVjYzY2MwVmN2M4OWEyYzEwMDA4MTg0ZGM1NjA0MTkxMjQyYTI2OWI2NjU1O
WFiY2RkNTAyCi0tLS0tIGZpbSBjb2RpZ28gZGEgdHJhbnNhY2FvIGJsb2NrY2hhaW
4gLS0tLS0=

Link para verificação

Esta assinatura digital pode ser verificada em [https://originalmy.com/verify?](https://originalmy.com/verify?address=MW9yaUdNeTI3VEsxWXlySn)
[address=MW9yaUdNeTI3VEsxWXlySn](https://originalmy.com/verify?address=MW9yaUdNeTI3VEsxWXlySn)

VZeFB2UnBhcmNmNUhLdXhz&signature=SE5HYTJpY2txaThNV1QvN3FuMmF
TMVdBOEdaQVdaa1FMeDFsMktwWnVnYVI3Z2IMamFualdHVzNFRlg2R3FqOTU
wdURRqMznUCthWUxVaVV6a2hUVUdzPQ==&message=LS0tLS0gaW5pY2lvIG
Fzc2luYXR1cmEgZGlnaXRhbCBkb2N1bWVudG8gKHNoYT11NikgLS0tLS0KMW
M5NmRiYzQ1NDMzY2M4ODBkZTI5ZTEwYzUwYTMiYzA5OWE5N2U4OTJmZDAwND
UwYmM2ZTRjZDNIYTMiYWNhMwotLS0tLSBmaW0gYXNzaW5hdHVyYSBkaWdpdG
FslGRvY3VtZW50byAoc2hhMjU2KSAAtLS0tLQotLS0tLSBpbmljaW8gY29kaW
dvlGRhiHRyYW5zYWNhbyBibG9ja2NoYWIulC0tLS0tCkVUQyBUWCAweGYwOT
ViMzAxMGI3ZTE5OTFkNjgyYzgzZDdhNTU2ZGU4ZDNmMzQ4MGI1MmU1YzZkMj
Q0ZGZjMTYxMDIzMjAxMzEKRENSIFRYIDQwNmZkYWJjMWNjNmJjN2NkYjQ4ND
YwY2I2ZTU2MjA0NTI2YjVjZGUxZGI1MDFmNGEyMGFiNjJhYjIjODc2YjkkRE
NSIE1FUktMRSaZWFmMjFjMzBjOWVjYzY2MwVmN2M4OWEyYzEwMDA4MTg0ZG
M1NjA0MTkxMjQyYTI2OWI2NjU1OWFiY2RkNTAyCi0tLS0tIGZpbSBjb2RpZ2
8gZGEgdHJhbnNhY2FvIGJsb2NrY2hhaW4gLS0tLS0=

